



POR UM BRASIL SOCIALISTA. MARXISMO E PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL DOS ANOS 60: A CONTRIBUIÇÃO DA POLOP

Eurelino Coelho

ADVERTIR PARA O CARÁTER PRELIMINAR DA PESQUISA;

APRESENTAR A POLOP;

Três questões dirigiram a reflexão que está na origem dessa exposição: 1. como a POLOP caracterizou o golpe e a ditadura; 2. como ela concebeu o enfrentamento à ditadura; 3. como a ditadura afetou a POLOP. As duas primeiras questões serão desenvolvidas, nesta ordem, nas duas seções seguintes. A terceira, que não ensejou uma seção em separado, aparece na forma de considerações intervenientes em certas passagens do texto. Ao final pretendemos que a escuta da dissonância permita ao leitor avaliar por si mesmo os seus efeitos.

I. O GOLPE E A DITADURA VISTOS PELA POLOP

O golpe antecipado:

Um editorial de dezembro de 1958 do *Ação Socialista*, órgão da Liga Socialista Independente (LSI), alertava para o risco de “restauração da ditadura bonapartista, desta feita, provavelmente, sob o império da espada.”¹

O risco era mencionado em alguns documentos do PCB e constava no título de uma brochura publicada em 1962 pela Civilização Brasileira: *Quem dará o golpe no Brasil?*²

Poucos dias antes da queda de Goulart o jornal *Política Operária* convocava os trabalhadores para participar do comício da Central do Brasil com a chamada em primeira página: “frente de classe contra a ameaça de golpes.”³

Não era adivinhação esquerdista, era experiência prática: entre a queda de Vargas em 1945 (resultante, ela mesma, de um golpe) e a queda de Goulart em 1964 não faltaram tentativas concretas de derrubada de presidentes ou de impedimento à posse de eleitos, para não falar nos inúmeros episódios de propagação de boatos, nem todos fantasiosos, sobre a iminência de quarteladas, levantes ou golpes que não chegaram a se materializar. Após a renúncia de Jânio

¹ Frente Única Burguesa e Golpe Bonapartista. *Ação Socialista*, Ano I, nº 1, dezembro de 1958. Publicado em SACHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos*. Campinas, Pontes-Edunicamp, 1992, p. 105. Da LSI participaram alguns dos marxistas que, anos depois, fundariam a POLOP.

² SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

³ *Política Operária*, n. 13, 12 de março de 1964, p. 1. Centro de Documentação e Memória da UNESP (doravante CEDEM), Fundo POLOP.

Quadros os indícios de que a ordem constitucional poderia ser derrubada ficaram ainda mais nítidos, mas foram interpretados de forma bem diferente pelo PCB e pela POLOP.

A análise do PCB:

A ameaça provinha, evidentemente, do imperialismo e de seus aliados internos e, por isso mesmo, tornava-se mais séria em face dos avanços da frente nacionalista, com cujo programa Jango, a despeito de sucessivas hesitações, parecia, enfim, comprometer-se. Apesar de tudo, aparentemente o PCB acreditava que o projeto golpista seria derrotado no nascedouro pela mobilização popular e também pelo fator dissuasório do “dispositivo militar”, pois havia um setor da oficialidade que já teria dado provas de seu apreço à legalidade.

A POLOP é menos otimista: riscos dos dois lados

A probabilidade de ocorrer um golpe era maior, pois vinha de dois lados. Diferentes tendências políticas da classe dominante engendravam suas próprias alternativas golpistas: não apenas a direita, mas também o setor ligado a Jango que, através da “frente ampla”, sonhava com poderes aumentados para o presidente, um “governo forte”.⁴ Por isso a chamada do jornal falava em “ameaça de golpes”, no plural. **A POLOP iria ao comício para negar enfaticamente seu apoio a “qualquer golpe, venha de onde vier (...) seja da direita ou com aparências populistas” pois em ambos os casos os trabalhadores permaneceriam “em permanente estado de sítio, a mercê de maior exploração pela classe dominante.”**⁵ Em qualquer dos dois casos, se viesse mesmo a acontecer, a ruptura institucional resultaria de uma opção política da própria classe dominante brasileira, mais especificamente da burguesia industrial, e não de uma reação movida *contra* ela pelo imperialismo e seus sócios.

Documento desautoriza a tese da esquerda golpista:

Um documento como este que acabo de citar cria problemas para a historiografia que vem se dedicando à missão de rotular a esquerda – ou a sua “cultura política” – como autoritária e até mesmo golpista. Esta é uma das peças do argumento que procura distribuir à direita e à esquerda cotas mais ou menos equivalentes de responsabilidade pela fragilidade da democracia no Brasil e, conseqüentemente, pelo golpe. Não é necessário fazer aqui a crítica dessa tese absurda que, entre outros equívocos sérios, não toma em consideração o acúmulo de reflexões sobre as formas autoritárias de que se revestem as relações de dominação nas condições históricas em que se desenvolveu a sociedade de classes no Brasil.⁶ Basta, neste

⁴ A rigor no PCB houve quem cogitasse, nas teses preparatórias para o VI Congresso que circularam em março de 1964, a possibilidade também de um golpe “centrista”. O estreitamento da aliança com Jango deve ter dissipado os temores, já que não teve consequência na política do partido. Ver PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes. O combate por um partido revolucionário*. São Paulo, expressão Popular, 2012, pp. 97 ss.

⁵ Os comunistas e a frente ampla. *Política Operária*, n. 13, ibidem, p. 1.

⁶ Iniciativas consistentes nesta direção podem ser lidas nos trabalhos reunidos por MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Conseqüência, 2014. Também Marcelo Ridenti critica o uso anacrônico de certa concepção atual



pequeno desvio de rota, assinalar que **aquela historiografia sustenta suas conclusões num modo muito peculiar, para dizer o mínimo, de selecionar e ler as fontes**. Resoluções muito famosas aprovadas naqueles anos em congressos do PCB sobre o caminho pacífico da revolução ou esta posição pública da POLOP contra qualquer golpe, “venha de onde vier”, são ignoradas para que seja pronunciado sem perturbações o libelo acusatório contra a “esquerda golpista/autoritária”.⁷ O truque é velho mas ainda funciona, se não para engrandecer a pesquisa histórica, com certeza para credenciar seus autores a ocupar os lugares estratégicos que lhes são confiados por veículos da grande imprensa que não disfarçam seu ódio a tudo o que entendem ser “de esquerda”.

Livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira, 1962.

Retornemos à POLOP e sua avaliação, singular na esquerda brasileira dos anos 60, sobre o golpe como uma alternativa à disposição da classe dominante brasileira. Esta análise já estava completamente desenvolvida desde 1962, ano de publicação de *O Caminho da Revolução Brasileira*, brochura escrita por um dos teóricos de grande influência nos primeiros anos da organização, Luiz Alberto Moniz Bandeira. O livrinho circulou amplamente entre os militantes e permaneceu sendo usado em cursos de formação de quadros da POLOP mesmo depois do rompimento entre o autor e a organização, em 1965. Seu tema central não é o golpe, e sim as múltiplas faces da crise vertiginosa que afetava todas as dimensões da sociedade e que, por isso mesmo, demarcava o “caminho” que a revolução brasileira poderia tomar. O objetivo não era o de alertar ou preparar a militância para a eventualidade do golpe, mas caracterizar, na conjuntura, os elementos que determinavam os parâmetros concretos para o trabalho revolucionário a ser feito para que fosse aproveitada a oportunidade que a crise começava a abrir. A análise da crise, porém, mostrava que a classe dominante já andava, então, à procura do “seu Bonaparte”⁸.

O cenário teria adquirido contornos mais nítidos já a partir de agosto de 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, interpretada como sintoma da crise profunda. Embora detivesse o controle sobre o Estado brasileiro, a burguesia industrial não dispunha de meios para enfrentar e superar os efeitos generalizados da crise que, nascidos dos impasses do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, se espraiavam por toda a sociedade. Recorrendo a dados econômicos abundantes, Moniz Bandeira procura demonstrar o aparecimento, no Brasil, de claros “sintomas de decrepitude” próprios da etapa monopolista do capitalismo, quando “a crise se institui como nota crônica, permanente.”⁹

de democracia como parâmetro de julgamento de opções feitas no passado: RIDENTI, M. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Edusc, 2004, pp. 53-65.

⁷ VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à Brasileira – 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo, Leya, 2014, p. 8.

⁸ BANDEIRA, Moniz. *O Caminho da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, MELSO, 1962, p. 38.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 60.



1967: Sachs. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*, escrito por Érico Sachs, que circulou em 1967 por ocasião dos acirrados debates preparatórios para o IV Congresso da Organização. Contexto de intensificação da luta interna – liberdades democráticas e guerrilha que levaram ao racha.

Aparece uma das peculiaridades do marxismo da POLOP: referências a Thalheimer, análises sobre o fascismo europeu.

Pouco conhecido no Brasil, Thalheimer tinha sido dirigente do Partido Comunista Alemão (KPD) nos anos 20, ao lado de Heinrich Brandler. Ambos romperam com o stalinismo em princípios dos anos 30 e fundaram o Partido Comunista Alemão – Oposição (KPD-O). Em vários outros escritos de Érico Sachs são empregados conceitos e formulações teóricas de Thalheimer, especialmente sobre o fascismo e o imperialismo.¹⁰ Tipologia marxista das formas de governo.

Democracia: descrita, a partir de citações de Lênin, como uma modalidade de Estado burguês, uma “organização criada para a aplicação sistemática da violência de uma classe contra outra”¹¹. Seria, na verdade, **o tipo mais avançado e perfeito de domínio burguês**, por duas razões. Nela **o poder é exercido diretamente pelos representantes da burguesia nos parlamentos e nos governos, espaços assegurados pelo poder econômico**. Além de ser um governo direto da burguesia, a democracia traz uma segunda característica, igualmente valiosa, que é o **disfarce do caráter de classe do poder do Estado**, que fica escondido por detrás de procedimentos democráticos como eleições e debates parlamentares. **Ditadura de classe, como todo Estado, a democracia se caracterizaria por ser direta (exercida por quadros políticos burgueses sem intermediários) e velada (ocultando sua verdadeira natureza de dominação de classe).**

Sachs enfatiza a lembrança de que tal caracterização da democracia, formulada pelos clássicos do marxismo, foi abandonada pelos reformistas que passaram a apostar na ocupação de espaços no Estado democrático burguês visando a transição pacífica ao socialismo. Os revolucionários, leninistas, sempre combateram tais ilusões, embora reconhecessem que a liberdade de organização e ação, maior na democracia do que em regimes fechados, é um fator que não se pode negligenciar.

AS TRÊS FORMAS DE DITADURA ABERTA: A primeira e mais conhecida foi o bonapartismo, estudado pelo próprio Marx no livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Ameaçadas pelos graves efeitos de uma crise econômica e política que não podiam controlar, as diferentes facções da burguesia francesa entregaram o poder a Luís Bonaparte em troca da repressão aberta contra as massas populares. Agindo deste modo os burgueses sacrificaram seus

¹⁰ Textos de Thalheimer sobre o fascismo foram publicados, com uma apresentação de Érico Sachs, pela revista editada pelos militantes da POLOP no exílio, *Marxismo Militante Exterior*, números 1 e 2 (1975 e 1976, respectivamente).

¹¹ SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 73. O trecho entre aspas é uma citação feita por Sachs de *O Estado e a Revolução*, de Lênin.

partidos políticos e seus representantes parlamentares, privando-se dos instrumentos imediatos do poder. **O bonapartismo “entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade.”**¹²

A segunda forma de ditadura aberta e indireta da burguesia mencionada por Sachs é o **fascismo. Seria a continuação da experiência bonapartista, mas em condições históricas alteradas pelo desenvolvimento do próprio capitalismo. O fascismo ocorre em países capitalistas desenvolvidos como “reação direta ao movimento político e sindical da classe operária – geralmente às tentativas fracassadas de revolução proletária ou como reação às decepções de uma prolongada prática reformista.”** A burguesia para a qual o fascismo governa é diferente daquela estudada por Marx: **“trata-se dos expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios da época do imperialismo.”** O ponto de apoio do fascismo é a **pequena-burguesia que, ameaçada em sua existência material, gira radicalmente à direita.** São pequeno-burgueses os quadros mais atuantes (inclusive as milícias) e a ideologia fascista, “uma mistura de nacionalismo, anticapitalismo popular e um messianismo misticista.”¹³

Por fim o texto trata das **ditaduras militares.** Elas são descritas como um recurso imediato à disposição da classe dominante, ao contrário do bonapartismo ou do fascismo que, sendo fenômenos mais complexos, levam tempo para amadurecer. Por isso mesmo as ditaduras militares são mais frequentes, particularmente na América Latina. **No longo prazo, porém, elas “não correspondem propriamente aos anseios da burguesia.”** Ditaduras prolongadas seriam típicas de países ainda dominados por **“velhas oligarquias do campo”, não de países industrializados ou em processo de industrialização: “Os problemas de uma sociedade capitalista moderna são demais para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências.”**¹⁴

No Brasil, segundo Sachs, ocorreram experiências com quase todas as formas de ditadura burguesa, veladas (e diretas) e abertas (e indiretas): bonapartismo com Vargas (apoiado não na pequena burguesia rural, mas na jovem e inexperiente classe operária de origem rural), tendências fascistas com o Integralismo, democracia burguesa entre 1945 e 1964 (com acidentes institucionais no percurso e em aliança com o latifúndio) e, finalmente, a ditadura militar. A hipótese de que a ditadura militar não teria fôlego para se prolongar por muitos anos, sugerida acima, ecoava em outras passagens do texto. **A burguesia brasileira saudou o golpe e o “governo forte” que a protegia das “aparições das massas reprimidas”, mas “um Executivo que governava à base de coronéis dos IPMs não resolvia os seus problemas”. Castelo Branco “não conseguiu encontrar um denominador comum para satisfazer as facções da classe dominante.”**¹⁵

¹² Id, ibid., p. 77.

¹³ Id., ibid., p. 78.

¹⁴ Id., ibid, p. 79.

¹⁵ Id., ibid., p.83.

o governo Castelo Branco “conseguiu uma liberdade de ação muito maior em relação às aspirações imediatas das facções da classe dominante do que qualquer outro governo desde o Estado Novo”. Apenas a “cúpula da classe dominante, as grandes indústrias e os monopólios” estavam em condições de influir, de algum modo, nas decisões governamentais mas, ao mesmo tempo, a ditadura livrou a burguesia industrial de sua dependência política perante o latifúndio (cujos votos perderam importância). O Executivo podia, assim, “seguir uma política a longo prazo de consolidação da sociedade exploradora em bases modernas, isto é, uma política de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios, que está ligada ao nome de Roberto Campos”¹⁶. Na medida em que este processo, imposto de cima, cria atritos no seio da própria burguesia abre-se o espaço para o surgimento de uma oposição burguesa que, sem contestar diretamente o golpe ou a ditadura, queixa-se da política econômica que não atende suas necessidades imediatas.

Ainda mais interessante, como voz dissonante no campo da esquerda, é o arremate do texto. Ao contrário de análises que qualificam o governo militar como “pró-imperialista”, Sachs adverte:

*... não devemos nos enganar quanto ao caráter de classe do Estado brasileiro. As suas bases de classe se encontram no país. A política nacional, em última instância, é feita aqui. (...) O Estado, o governo, são expoentes das classes existentes no país – concretamente, são sustentáculos e instrumentos de nossas classes dominantes. A influência do imperialismo no país, as posições que conquistou, devem-se unicamente às atitudes da nossa burguesia que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente o norte-americano.*¹⁷

II. A POLOP E O ENFRENTAMENTO DA DITADURA.

A caracterização da ditadura militar estabelecia a plataforma teórica sobre a qual foram montados os dispositivos de intervenção política da POLOP. A luta contra o regime militar foi concebida como luta contra o Estado burguês em uma de suas formas, ou seja, a tática (política para enfrentar a ditadura) se demarcava no território político delimitado pela estratégia da revolução socialista.

DUAS QUESTÕES: O FOCO GUERRILHEIRO E A TRANSIÇÃO.

1. GUERRILHA: Quanto à guerrilha, o posicionamento da POLOP sofreu algumas mudanças ao longo dos anos. Num primeiro período, compreendido entre o pós-golpe e os últimos anos da década de 60, o foco guerrilheiro é considerado necessário e a ele é dedicada atenção frequente nos documentos da organização. Em janeiro de 1965 a prioridade era superar a dispersão gerada pelo golpe, que atingiu a POLOP com prisões, inclusive de dirigentes, logo nos primeiros meses. Com o objetivo de preparar a organização para atuar sob

¹⁶ Id., ibid., p. 83-4.

¹⁷ Id., ibid. p. 84.

as novas condições impostas pela ditadura a direção emite uma “Orientação interna” em janeiro de 1965, e nela a guerrilha já é abordada. Os “métodos clássicos de mobilização popular” estavam fora de cogitação em face da repressão, obrigando os revolucionários a investir nos “métodos conspirativos, o que limita o raio de ação dos militantes, mas garante a continuidade da luta”.¹⁸ Nada de abandonar a prioridade do trabalho político junto à classe operária, questão de honra reafirmada em todos os momentos da trajetória da organização. O terreno essencial em que esse trabalho teria de ser feito era, portanto, a classe operária: conselhos e comitês de fábricas, construídos no espaço deixado pelo desmantelamento das cúpulas sindicais reformistas, seriam a base da criação de núcleos revolucionários.

O objetivo da esquerda revolucionária era derrubar a ditadura pela via insurrecional, mas para isso seria necessário **“desintegrar e desgastar o instrumento principal da opressão – as forças armadas” e também “armar os trabalhadores”, condições ausentes no Brasil. Ora, essas duas tarefas só poderiam ser cumpridas pela “guerra de guerrilhas”, cuja característica mais importante era precisamente a de “iniciarem-se com pequenas forças que crescem enfraquecendo a máquina militar e transformando-se na vanguarda combatente das classes exploradas”**¹⁹. **Não se trata, desde aqui, de uma visão puramente militarista da guerrilha. Ela despertaria a confiança das massas através da “autoridade conquistada na luta armada” e, por se desenrolar no campo, elevaria a nível superior a luta camponesa e destruiria um dos pilares da reação – o latifúndio.** Nos termos da “Orientação”:

*Por isso, ao lado de sua significação especificamente militar, o foco armado tem hoje um papel fundamentalmente político, como fomentador e orientador da luta revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo.*²⁰

Por outro lado o documento **reafirma explicitamente a necessidade de “construção da vanguarda organizada em aparelho partidário”**²¹. Então temos uma orientação que aponta para o foco guerrilheiro mas também para a insurreição, que não abre mão do trabalho nas fábricas e nem do papel do partido de vanguarda. A busca de equilíbrio entre esses três elementos marcou a elaboração da POLOP nesta fase.

Entre 1966 e 1967 circulou por toda a Organização uma série de quatro textos longos e densos de análise política, intitulados *Aonde Vamos?* que eram assinados pela Comissão Nacional mas escritos, efetivamente, por Érico Sachs. No conjunto, os textos podem ser lidos como mais um esforço teórico para equilibrar os elementos acima mencionados. Nos três primeiros a atenção é dedicada ao balanço da atuação da esquerda no país, incluindo a própria POLOP, com ênfase no problema da organização independente do proletariado (Texto 1); à análise das condições materiais que favoreceram o predomínio do reformismo no proletariado brasileiro (Texto 2); à discussão pormenorizada do conceito de governo de transição, base para a proposição tática do *governo revolucionário dos trabalhadores* (Texto 3). **Somente no quarto texto, que tem o subtítulo “Foco e revolução”, a guerrilha é discutida.**

¹⁸ *Orientação Interna*, janeiro de 1965, mimeo, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

¹⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 1.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 1.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 2.

Nem por isso se deve pensar que havia qualquer hesitação no reconhecimento da necessidade da guerrilha: **“A forma de luta armada que está em foco, e que está hoje dentro de um raciocínio estratégico e tático, é a guerra de guerrilha.”**²² Havia, sim, ressalvas contra

*certas generalizações que, de um lado, apresentam essa forma de luta como arma milagrosa, que resolve definitivamente o problema da luta revolucionária em todas as circunstâncias e, de outro, generaliza os métodos de luta de determinadas guerrilhas, em determinadas condições históricas, tanto no que diz respeito à sua tática militar, quanto aos aspectos políticos da luta.*²³

O documento assinalava ainda que a guerrilha sozinha é insuficiente para vencer tropas regulares. Estas somente podem ser batidas por outro exército, como ocorreu na China, em condições que incluíam a ocupação do país por tropas estrangeiras, ou por um ato insurrecional da classe trabalhadora, como a greve geral que permitiu a vitória dos guerrilheiros em Cuba.

Ressalvas à parte, o texto analisa a experiência guerrilheira na América Latina e na China e discute várias questões propriamente ligadas à construção do foco, sempre a partir do pressuposto leninista de que a guerra, mesmo de guerrilhas, é a continuação da política. Prevalece, portanto, a premissa de que **“não podemos encarar o problema da luta armada insurrecional isolado do contexto geral das lutas de classe.”**²⁴ Um dos problemas analisados é o da preparação política. **O essencial não seria a preparação local, entendida como trabalho político com as populações rurais na zona escolhida para o foco, e sim a preparação das classes para a luta que está para iniciar.** Aliás, diante da vigilância anti-guerrilha em alerta em toda a América Latina após a revolução cubana, fazer a guerrilha dependente do trabalho político local prévio seria apenas pretexto para adiá-la “para o dia do juízo final”²⁵. Uma das garantias do foco é justamente a sua mobilidade, sendo ilusório apostar em “bases guerrilheiras” ou “zonas liberadas” que, nas fases iniciais da luta, apenas deixariam a guerrilha à mercê das forças mais poderosas da repressão. Por outro lado, **estabelecer “um novo ascenso do movimento de massa como condição para a criação de focos (...) equivale a um anti-guerrilheirismo envergonhado”**²⁶.

Outra questão examinada é a da relação guerrilha-partido, que a esquerda abordava em termos de precedência de um ou outro dos polos. A direção da POLOP propunha outra maneira de colocar o problema, partindo das condições concretas da luta no Brasil. Um foco guerrilheiro só estaria à altura de sua missão, que não é puramente militar mas também de intervenção política na luta de classes, na medida em que fosse constituído **com “concepções políticas claramente definidas e com objetivos políticos claramente delineados”**²⁷. **Esse trabalho de “esclarecimento teórico” prévio pressupõe a existência de uma vanguarda, mas ela não precisaria necessariamente existir na forma acabada de um partido. De fato, nas condições de repressão vigentes, um partido revolucionário poderia ser, no máximo, de**

²² SACHS, Erico. *Aonde Vamos? Parte IV*, julho de 1967, mimeo, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

²³ Idem, *ibidem*, p. 2.

²⁴ Id., *ibidem*, p. 1.

²⁵ Id., *ibidem*, p. 6.

²⁶ Id., *ibidem*, p. 6.

²⁷ Id., *ibidem*, p. 6.

quadros. É justamente a guerrilha, pela propaganda prática e armada, que poderia transformar a vanguarda em partido.

A POLOP introduziu a guerrilha em sua concepção sobre o caminho da luta revolucionária no Brasil, mas não abriu mão de suas formulações anteriores e nem, logo veremos, das que estavam em elaboração no mesmo ano em que circulou o *Aonde Vamos parte IV*: **“temos de enquadrar o problema da guerrilha no quadro geral da luta de classes no País. A guerrilha não pode substituir a luta de classes. Tem de fomentá-la, aguçá-la, tem de polarizar as forças existentes”²⁸. A revolução no Brasil deveria passar pelo governo de transição dos trabalhadores da cidade e do campo, articulado por uma Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo. O caráter da revolução é socialista, o proletariado é seu núcleo dirigente. A guerrilha teria de enquadrar-se aí.**

De acordo com esta concepção, **caberia às classes urbanas a iniciativa e a decisão final da luta de classes no Brasil, mas a revolução passaria necessariamente pelo campo. A guerrilha deveria nutrir-se das aspirações de camponeses, posseiros, trabalhadores rurais que são sua condição de sobrevivência. Mas só teria chance de vencer se apelasse para o proletariado urbano, para a sua consciência de classe:**

Apelar para o proletariado significa apelar para sua consciência de classe, encorajar a luta dentro da fábrica, dentro da indústria, dentro das cidades contra o Estado burguês, contra a burguesia em aliança com o imperialismo. E apelar para os métodos tradicionais de luta revolucionária do proletariado, a fim de prepará-lo para os métodos não tradicionais.²⁹

Posição dos dissidentes do IV Congresso:

“a luta armada – como forma fundamental da luta de classes no atual período – terá de ser centralizada no campo, na forma de guerra de guerrilhas”.³⁰ E sem vacilações: “Para nós a tarefa fundamental e imediata é a instalação do foco guerrilheiro, não como mero apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular”. O texto era concluído com a adesão à Declaração da Conferência da OLAS “ignorada pela direção da POLOP e impedida de ser discutida” e assinado pelos “revolucionários que rompem com a POLOP”.³¹

O POC REAFIRMA O PSPB: O papel do foco, como nos textos anteriores, envolveria mais do que objetivos militares: “Realizando desde o início, em miniatura, a Frente Revolucionária dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.” Por fim, o “fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária.”³²

²⁸ Id., *ibid.*, p. 7, grifado no original.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 8.

³⁰ *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967, mimeo, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 2.

³² Programa Socialista para o Brasil. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Op. cit., p. 128.

ÉRICO CRÍTICA DEBRAY: 1969.

. O eixo da visão da POLOP sobre o foco era mantido, mas a crítica subia de tom. Após registrar solidariedade com Debray, que se encontrava preso na Bolívia, Sachs não poupa munção. **Considera o autor um revisionista, acusa-o de secundarizar o papel do partido e de ter subordinado as exigências da luta de classes ao objetivo de formar vanguardas político-militares de caráter pequeno-burguês:**

*Toda uma argumentação ideológica e programática da guerrilha latino-americana está sendo adaptada ao nível e às necessidades dessa camada radical da classe média, inclusive fórmulas que não constaram na guerrilha cubana (luta de libertação nacional, Exército Popular, etc.).*³³

1970, Caminho e caráter da revolução brasileira: Sobre o foco, a novidade é que ele é descartado como alternativa viável nas condições da luta revolucionária no Brasil.

: **a ditadura havia mudado as condições de luta, mas não alterou o problema fundamental do processo revolucionário** no Brasil. Este problema continuava a ser o da formação do proletariado como classe para si, a conquista de sua independência ideológica e política, tarefa que não poderia ser realizada sem a “atuação consciente e contínua de um agente da história, a vanguarda revolucionária”. Por isso a POLOP “subordinou todos os aspectos da luta de classes, o estudantil, o do campo, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha, ao **objetivo estratégico da mobilização e organização do proletariado industrial.**”³⁴ O trabalho político junto à classe e à nova esquerda emergente (sobretudo dissidências do PCB) **chegou a produzir resultados, como nas greves de Contagem e Osasco em 1968, mas o endurecimento do regime no final daquele ano trouxe novas dificuldades. O movimento refluíu muito e foi então que**

*os novos revolucionários escolheram objetivos mais imediatos e sua concepção de luta armada os fez desertarem do trabalho nas fábricas. A consequência geral foi a liquidação, destruição e desaparecimento de grande parte das organizações operárias construídas nos últimos dois anos (...) O “marxismo-leninismo” da maioria da nova esquerda não teve muito fôlego.*³⁵

Sachs aponta sua arma da crítica para os erros dos grupos de esquerda que, ao seguirem para a luta armada, desertaram da classe. **O PCdoB é criticado pela concepção de revolução nacional e democrática, por considerar que o problema chave da revolução brasileira é a questão camponesa e, conseqüentemente, por desprezar o trabalho nas cidades e fábricas.** As organizações mais influenciadas pelo “debraysmo” teriam em comum o desprezo ao **partido**, substituído, em nome da luta armada, pela vanguarda militar às vezes denominada Comando Político-Militar. Sachs dedica atenção especial às posições sustentadas por Carlos **Marighella cuja morte, em novembro de 1969, não é mencionada no texto.** Apesar de proclamações protocolares feitas em linguagem marxista, Marighella não superaria a

³³ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). Luta armada e luta de classes. *Marxismo Militante*, I, 1, 1968, p. 28.

³⁴ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). Caminho e Caráter da Revolução Brasileira. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Op. cit., p. 166.

³⁵ Idem, ibidem, p. 168.

indefinição quanto ao papel da classe operária. Do mesmo modo, **apesar da “profissão de fé da luta pela revolução socialista”³⁶ que Marighella e a ALN fizeram tardiamente, na luta prática o socialismo seria subordinado à libertação nacional.** Daí sua ênfase no protagonismo das classes médias, consideradas como estando entre as forças mais combativas, desconsiderando a heterogeneidade que as constitui. Sachs cita um documento de Marighella em que, ao lado dos camponeses e do proletariado, as classes médias são vistas em oposição às classes dominantes e empenhadas na libertação nacional.³⁷

A crítica vai mais longe ainda. **A estratégia de Marighella não se desenvolveria pelos espaços da luta de classes e nem sequer partiria do estudo das experiências de luta de classes na América Latina ou da análise da luta de classes no Brasil. Tratar-se-ia de “uma estratégia construída à base de premissas subjetivas. Da premissa de ser a ação do revolucionário que cria a situação revolucionária.”³⁸** Tal subjetivismo é estranho ao marxismo, como o demonstram as lutas de Marx contra os que queriam fazer insurreições a qualquer custo, como Schapper, na Liga dos Comunistas, ou Bakunin, na I Internacional, ou o combate de Lênin contra os narodniki. **Para os marxistas, os revolucionários “não *criam* as situações revolucionárias e não *fazem* as revoluções.” O que eles fazem é “aproveitar as situações revolucionárias que a própria sociedade produz (...) na medida em que souberem mobilizar e dirigir a classe revolucionária para preencher o seu papel.”³⁹**

Ora, a situação do Brasil naqueles anos finais da década “de maneira nenhuma pode ser considerada revolucionária. Ao contrário, o país saiu da crise econômica cíclica.” Como não leva nada disso em consideração,

Marighella declarou guerra revolucionária na cidade e no campo. O resultado foi um confronto direto entre parte da esquerda clandestina e o aparelho de repressão; confronto que se deu sem a participação das massas nem sequer em termos de um apoio protetor – e o resultado dessa luta desigual foi o sacrifício da imensa maioria dos quadros que constituía o “movimento armado.”⁴⁰

Além de Marighella, escolhido por sua posição destacada, outras facções da esquerda armada compartilhariam este erro. **Fora de uma situação revolucionária ou pré-revolucionária, no entanto, a guerrilha é um ato de vontade condenado ao sacrifício. E o Brasil não vivia nenhuma das duas situações.** Sachs tem o cuidado de reconhecer a validade de ações armadas de defesa, para conseguir a libertação de prisioneiros, por exemplo. O que ele rejeita é a postulação da viabilidade da guerrilha como caminho da luta revolucionária naquele contexto. A expectativa de que as “massas se aglutinarão” em torno do potencial de fogo seria herdeira direta da concepção narodniki de ação direta, que o marxismo sempre combateu. Para o marxismo e o leninismo “luta armada sempre foi e continua sendo *luta de classes armadas* e não obra de grupos e indivíduos, por mais heroicos que se pudessem revelar. Luta armada significa armar uma classe ou uma fração de classe, em todo caso,

³⁶ Id., *ibid.*, p. 176.

³⁷ O documento citado é *Operações e táticas de guerrilhas*.

³⁸ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). *Caminho e Caráter da Revolução Brasileira*. Op. cit., p. 179.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 179-180, itálicos no original.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 181.

armar massas de oprimidos.” Tal como se desenrola no Brasil a luta armada seria uma “ficção”, pura tática terrorista. E a suposição de que a violência revolucionária será a força que atrairá os quadros seria “regredir para uma atitude anarquista primária.”⁴¹Sachs é taxativo:

*Não há luta armada no país e não há situação que a justifique do ponto de vista da luta proletária. O que há é a tentativa de substituir a luta de classes por ações armadas de grupos isolados das massas. E seu isolamento das massas é o preço de sua sobrevivência como grupos armados.*⁴²

:

*Quando, após todos os sacrifícios e o heroísmo individual e coletivo dos militantes (...) se descobre que tudo isso não abalou e não abala a máquina repressiva, nem a administrativa, nem o ritmo de expansão econômica (...) Quando se descobre que para a ditadura a ação dos grupos armados é uma ocasião propícia de eliminar boa parte do potencial em quadros revolucionários do país e que esse gênero de luta armada tem o efeito de alfinetadas contra o elefante, o animal enfurece-se mas não deixa de ser um elefante vivo – então chega a hora desses militantes perguntarem se não se está pagando um preço alto demais para essa experiência.*⁴³

A BRASIL SOCIALISTA: O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO. Uma revista com influência da estratégia da POLOP – caráter do capitalismo e da revolução brasileiras.

. O debate que teve lugar em *Brasil Socialista* refletiu a escalada de divergências entre a POLOP e as demais organizações quando entraram na pauta questões como as eleições ou a luta por liberdades democráticas.

Ditadura na defensiva. O próprio Geisel havia anunciado a “distensão”, mas eram ainda mais significativos os pronunciamentos de expoentes da burguesia paulista pedindo o retorno à democracia. Seriam muitos os indícios de “cansaço de uma parte da burguesia da tutela da ditadura militar. Deseja retomar a influência sobre os negócios de Estado, deseja exercer diretamente seu domínio por intermédio de seus partidos e deputados no Congresso”.⁴⁴ O fim da ditadura começava a se desenhar na cena política e era imprescindível formular a tática para lidar com os problemas que emergiam.

O equilíbrio difícil da POLOP: No primeiro termo, a queda da ditadura interessa, e muito, ao proletariado: “A quebra do aparelho repressivo é necessária para que se reagrupe, movimente e organize como classe, sob bandeira própria, para continuar a luta sob condições mais favoráveis.” É fácil ver que, neste nível, estão preservados os fundamentos para um amplo

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 187.

⁴² Id., *ibid.*, p. 187.

⁴³ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). *Caminho e caráter...* op. cit., p. 194-5.

⁴⁴ MARTINS, Ernesto (Erico Sachs). A crise que se avizinha... A crise pela qual passamos. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória...* op. cit., p. 228. O artigo saiu originalmente na revista *Marxismo Militante Exterior*, publicação de militantes da OCML-PO.

consenso entre todas as forças de esquerda que combatiam a ditadura e desejavam o seu fim. A dificuldade vinha na segunda parte do argumento:

*O proletariado, no entanto, não pode ter interesse que o regime militar seja seguido por uma república democrática, na qual a classe dominante exercerá sua ditadura de maneira velada, mas direta, e na qual as bases sociais, que permitiram o golpe de 64, sejam conservadas ou restabelecidas.*⁴⁵

Era o pomo da discórdia. O que inviabilizou a aproximação tentada entre as organizações foi a divergência acerca de questões políticas derivadas dessa premissa teórica. Sachs destaca duas delas, mencionadas acima: a **tática eleitoral** e a **luta pelas liberdades democráticas**.

Tática eleitoral: Nas eleições de 1974 a APML e o MR-8 abandonaram a defesa do voto nulo, sustentada por aquelas correntes “praticamente desde a promulgação do AI-2”⁴⁶, e decidiram apoiar candidaturas individuais do grupo “autêntico” do MDB. Segundo Sachs, nenhuma das duas organizações jamais explicou o que havia mudado na situação do regime para justificar sua mudança de tática. A explicação que fica, na falta de outra, é que “não souberam simplesmente resistir à onda que tomou conta das classes médias”. **Sachs questiona o recurso da AP à autoridade de Lênin para defender sua posição: Não teria o líder bolchevique defendido a participação na Duma tsarista? “Se os bolcheviques participaram das eleições, porque nós não podemos participar?”**⁴⁷ A alegação seria improcedente, porque **no contexto russo os operários podiam participar como classe, com seus partidos e programas próprios, e porque dispunham da margem de atuação assegurada pela imunidade parlamentar. No Brasil, ao contrário, o proletariado só pode votar em candidatos pequeno-burgueses inscritos numa legenda partidária burguesa, o MDB. Os mais radicais dentre os candidatos, os “autênticos, não passam do nível populista pequeno-burguês (...)** Na prática, essa tática eleitoral só tem o efeito de frear o processo de formação de uma classe operária independente no Brasil.”⁴⁸

Liberdades democráticas: Como aquelas organizações invocavam Lênin em defesa de sua tática, Sachs tem de enfrentar o argumento: Lênin só afirma a validade das “tarefas democráticas” do proletariado enquanto não se completava a revolução burguesa. Após fevereiro de 1917 “desapareceram as tarefas democráticas dos objetivos de luta dos bolcheviques, que se concentraram em torno das ‘tarefas socialistas’ tais como agora definidas nas ‘Teses de Abril.’”⁴⁹ Ora, aquelas forças de esquerda concordavam com a POLOP que a revolução burguesa no Brasil seria um problema superado, mas fugiam do assunto quando se tratava de formular bandeiras de luta que se articulassem com a finalidade da luta, isto é, com o caráter socialista da revolução. Não seria o caso de desprezar a importância da “defesa (ou conquista) de direitos democráticos da classe operária no seio da sociedade burguesa”, materializada nas lutas pela liberdade sindical ou pela abolição do controle dos sindicatos pelo governo, por exemplo. Tal defesa tinha sido feita pela POLOP em momentos

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 231.

⁴⁶ Id., ibid., p. 235.

⁴⁷ Id., ibid., p. 236.

⁴⁸ Id., ibid., p. 238.

⁴⁹ Id., ibid., p. 238.

adequados como aquele quando “denunciamos os preparativos de golpes e lançamos apelos à resistência em 1964”. **Nada disso se confunde, porém com fazer desses direitos da classe operária**

*uma ‘plataforma, uma ‘bandeira’, um objetivo, que limita forçosamente a luta proletária. Na prática torna-se uma luta pela redemocratização, pela democracia burguesa, uma luta pela substituição de ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, por uma ditadura velada, mas direta.*⁵⁰

Quando os objetivos da classe operária ameaçam os pilares da sociedade burguesa a “bandeira democrática se torna a bandeira da classe dominante e de seus defensores.”⁵¹ Sob essa bandeira, lembra Sachs, Kautsky e Kerenski lutaram contra a revolução proletária na Rússia e Mário Soares liderou a ofensiva contra o proletariado português. Reconhecer que, no Brasil, o proletariado estava longe de assumir uma posição política independente, como nos casos históricos mencionados, deveria levar ao objetivo de construir a independência política dessa classe, o que só se conseguiria através das reivindicações baseadas em seus interesses específicos. Exatamente o contrário do que faziam a AP e o MR-8 ao proporem a acumulação de forças através das frentes amplas, alianças nas quais as reivindicações do proletariado “evidentemente não seriam aceitas pelas massas pequeno-burguesas”. Em tal situação, a “fórmula vaga das lutas pelas ‘liberdades’ ou ‘direitos democráticos’ barra o caminho para a conquista da independência política da classe operária” na medida em que **perpetua e aprofunda a tutela ideológica pequeno-burguesa.**⁵² Esta seria a consequência real da ampliação das alianças propostas pelas duas correntes criticadas que, ademais, seria a mesma política consagrada por trinta anos de atuação do PCB “sempre a procura de aliados pequeno-burgueses, burgueses progressistas e nacionalistas-democráticos”. Sachs cita Marx e Engels para sustentar que, quando se trata de lutar contra um inimigo comum, não é preciso união especial. Cita também Lênin que, diante da ameaça de Kornilov ao governo Kerenski, propusera “marchar separados, bater juntos.”⁵³

III. AS DISSONÂNCIAS E ALGUMAS DISTORÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Já vimos que, para a POLOP, nada justificava engrossar o coro da oposição burguesa e pequeno-burguesa da redemocratização. A classe operária não tinha qualquer interesse em restabelecer o “antigo *status quo* que consolidará novamente o domínio da burguesia com uma folha de parreira democrática”. A consequência da queda do regime, quando viesse, seria o profundo estremecimento do “equilíbrio artificial da sociedade burguesa”, de tal modo que a república democrática se caracterizaria pela incapacidade dirigente da classe dominante que, como no passado, poderia evoluir para outra experiência de ditadura aberta. Qualquer

⁵⁰ Id., *ibid.*, p. 238-9.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 239.

⁵² Id., *ibid.*, p. 240.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 142.

democracia, para ser real e duradoura, terá “que ter um caráter revolucionário, isto é, terá que se apoiar nas classes revolucionárias do país”.⁵⁴

De certa forma, os anos 80 parecem dar alguma razão à POLOP. Ao longo daquela década em que a classe trabalhadora experimentou um importante crescimento organizativo e político, a classe dominante teve grandes incertezas e dificuldades para recompor sua hegemonia. A ausência de unidade política se expressou em várias dimensões e uma das mais evidentes foi a dispersão da organização partidária e dos votos burgueses ao longo da década e, em particular, no primeiro turno das eleições de 1989.

Mas a POLOP não previu o transformismo! Este processo, ainda em curso, deslocou a posição da esquerda na luta de classes mantendo, no entanto, seus laços orgânicos com os trabalhadores. Foi o transformismo que viabilizou a estabilização das instituições da democracia burguesa ao apassivar a classe e marginalizar as alternativas que insistem na independência política e no caráter anticapitalista da luta dos trabalhadores. Graças ao transformismo tornou-se real a possibilidade de que as diferentes frações da burguesia não necessitassem remover a folha de parreira democrática para consolidar a sua reunificação política com base numa plataforma estreita, porém eficiente, que é o neoliberalismo.

A tarefa política transformista conta, aliás, com a luxuosa ajuda de intelectuais de esquerda, dentre os quais alguns ex-guerrilheiros e ex-militantes da POLOP.

Virgílio:

- 1) autocríticas nos anos 70, como afetam a POLOP; debate sobre transição trouxe novos rachas; POLOP não fez autocrítica; autocrítica dos outros;
- 2) Como eu interpreto a experiência da POLOP – riscos da ausência de alternativa revolucionária constituída em momentos de crise política aguda, como em 64; um movimento consistente para a independência de classe; riscos de isolamento face ao reformismo (A) e ao sectarismo (B);

Zaca:

- 1) tensões foquistas, como afetam a POLOP; desde 65 até 70, cai nos anos 70;
- 2) recuo hoje da questão de classe no debate político – pequena política; quem faz política de classe hoje é a burguesia; quando foi que perdemos o rumo? Fatores internacionais e locais, intelectuais/morais e materiais; TRANSFORMISMO;

⁵⁴ Id., *ibid.*, p. 149.